

Sumário

Número de notícias: 11 | Número de veículos: 7

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
ANFIP

Justiça - APOSENTADOS 2

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso retoma trabalhos com foco na CPMI do INSS 4

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Qualidade da alimentação de jovens no país preocupa 5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Cobrança de bagagem volta a opor aéreas e Congresso 7

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Bets ilegais são as mais jogadas 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Comida deve voltar a pressionar a inflação no último trimestre 11

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"Década da incerteza" na economia global põe o ouro em novo patamar 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Área técnica do TCU rebate recurso da AGU sobre meta fiscal 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Câmbio "segura" déficit nominal, mas reservas pressionam endividamento 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Brasil cai no ranking de saldo comercial com commodities em queda 18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Reformas ampliaram PIB potencial, aponta consultoria 20

Justiça - APOSENTADOS

EMÍDIO REBELO FILHO

Aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), penalizados injustamente na redução dos seus proventos há mais de 34 (trinta e quatro) anos, fato ocorrido, repetimos, no governo do ex-presidente Fernando Collor de Mello, quando se processou a desvinculação do reajuste com o mesmo índice percentual aplicado ao salário mínimo, reivindicam dos deputados federais a aprovação do Projeto de Lei nº4434/2008, que dispõe sobre a atualização e regularização dos proventos previdenciários pagos pelo **INSS**. É uma questão de justiça social a reivindicação que fazem os segurados do **INSS**, pois cumpriram e cumprem seus deveres e obrigações para com o Estado, inclusive, contribuindo financeiramente para receber proventos dignos.

REDUÇÃO

A redução de proventos das aposentadorias e pensões é um castigo imposto sem clemência, privando um grande e significativo contingente de cidadãos e cidadãos brasileiros de manter uma qualidade de vida saudável e digna. É uma situação que precisa ser corrigida com a devida urgência para evitar o desconforto, a aflição de quem se aposentou com o correspondente, na época, a 6 (seis) salários mínimos, hoje recebendo 1 (um) salário mínimo. Recursos financeiros existem e estão contabilizados na conta **Seguridade Social**, conforme nos explica em detalhes a **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP)** em suas análises anuais. A propósito, a análise 2024 já está sendo divulgada.

ENVELHECIMENTO

Julgamos oportuno e pertinente divulgar os artigos 8º, 9º e 10º da Lei nº10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa: "O envelhecimento é um direito personalíssimo e sua proteção um direito social.

É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

É obrigação do Estado e da sociedade assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na

Constituição e nas leis". Estes dispositivos são essenciais e devem ser aplicados para proteção integral às pessoas idosas.

LEGISLAÇÃO

Aposentados, pensionistas e pessoas idosas entendem e avaliam que a legislação existente para a Política Nacional em seu favor está condizente com a realidade, faltando apenas por parte das autoridades constituídas o seu cumprimento. Se aplicados todos os dispositivos constantes das Leis nº8.842/94 - Política Nacional da Pessoa Idosa e nº10.741/2003 - Estatuto da Pessoa Idosa e mais do Plano de Ação Governamental Integrado para o Desenvolvimento da Política Nacional da Pessoa Idosa, nada faltará para satisfazer as necessidades inerentes e próprias que surgem para o envelhecimento que todos almejam em viver bem, com saúde, feliz e desfrutando dos prazeres da vida

COMISSÃO

Há oito- anos formou-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de Senadores da República, destinada a investigar a contabilidade da **Previdência Social**. O resultado foi divulgado em detalhes no relatório final publicado em 13 de julho de 2017. Nesse trabalho investigativo, constatou-se que o Sistema Previdenciário Brasileiro contempla satisfatoriamente os seus contribuintes- beneficiários, observadas as disposições regulares contidas na legislação própria e vigente, afirmando- se que seus resultados financeiros são superavitários, destacando o período de 2000 a 2015 que apresentou um saldo significativo de mais de 2 (dois) trilhões de reais, apenas em 15 (quinze) anos de funcionamento.

PUBLICAÇÃO

Além do relatório da CIPREV, publicou-se um outro documento chamado CPI da Previdência - Ousadia e Verdade que ao final afirma: "A CPI mostrou a verdade: a Previdência é superavitária. O relatório é cirúrgico ao apontar que o principal problema dela é de gestão, má administração, anistias, sonegações, desvios e roubalheira". Por isso, aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), pertencentes ao Regime Geral de **Previdência Social** (RGPS), vinculados à **Seguridade Social**, entendem que outra CPI, agora mista, de senadores e deputados chegará aos mesmos resultados e, portanto, sugerem mais firmeza

e rigor na gestão administrativa do INSS, eliminando-se definitivamente os erros cometidos.

LAR

"O lar é a oficina do caráter, é o vínculo onde se forma a família, a melhor escola onde se educam os filhos" (José Bellandi).

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>

Congresso retoma trabalhos com foco na CPMI do INSS

Gésio Passos - Repórter da Rádio Nacional

Nesta semana, seguem os trabalhos no Congresso Nacional da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a CPMI, que apura os descontos indevidos de aposentados e pensionistas do INSS.

Dois depoimentos serão ouvidos nesta segunda-feira. O primeiro é de Felipe Macedo Gomes, ex-presidente de Amar Brasil, uma associação que realizou mais de 1 bilhão de reais em descontos indevidos.

A segunda a ser ouvida é a ex-integrante do Conselho Nacional da Previdência Social, Tonia Galletti, que apresentou denúncias de supostos acordos entre associações e o INSS dentro do colegiado.

Outra expectativa é a de que seja marcada a sessão do Congresso Nacional que vai votar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO, de 2026, que deveria ter sido votada antes do recesso de julho.

Senadores e deputados também devem votar os 63 vetos do presidente Lula à lei que altera as regras de licenciamento ambiental no país. A proposta flexibiliza esse tipo de licenciamento e pode ampliar o desmatamento de áreas de proteção ambiental.

A sessão com essas pautas estava agendada para última quinta-feira, mas acabou desmarcada pelo presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre.

Também é esperado que o presidente Lula indique o substituto do ministro Luís Roberto Barroso no STF, que teve sua aposentadoria oficializada na última semana.

Depois da indicação pelo presidente da República, o nome escolhido deve ser sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e, em seguida, segue para votação em plenário.

Site: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2025-10/congresso-retoma-trabalhos-com-foco-na-cpmi-do-inss>

Qualidade da alimentação de jovens no país preocupa

Alex Jorge Braga De São Pau lo

Houve melhora na quantidade de comida no prato dos brasileiros, nos últimos três anos. O mesmo não se aplica à qualidade da alimentação. A tendência de má nutrição confirma a queda dos indicadores de subnutrição, mas aponta outro problema: o aumento crescente de crianças com sobrepeso e obesidade devido ao alto consumo de alimentos ultraprocessados.

O estudo "Fome, obesidade e os novos desafios da alimentação no Brasil" revela essa dualidade ao analisar, entre 2021 e 2025, os dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional do Sistema Único de Saúde (Sisvan/SUS) de três grupos etários distintos: crianças de até 5 anos; crianças de 5 anos a 10 anos; e adolescentes (10 a 19 anos).

No caso dos índices relacionados à subnutrição, houve uma queda na primeira infância, de 3,05% para 2,08%. Já entre as crianças maiores, a queda foi de 2,24% para 1,52%. No caso dos adolescentes, o indicador disponível é a relação IMC/idade, em que a magreza acentuada segue o mesmo caminho: queda de 1,08% para 0,86%.

A situação muda na análise das categorias de sobrepeso e de obesidade. A maior prevalência é de sobrepeso, que chega a 19,37% entre os adolescentes. Na sequência, o sobrepeso, que atinge 15,71%, entre crianças de cinco a dez anos. A obesidade tem taxas menores: seu auge chega perto de 6% entre as crianças de 5 a 10 anos, mas são superiores aos dados de magreza.

Feito pelo Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens/USP), a pedido do Instituto Futuro é Infância Saudável (Infinis), o levantamento aponta que o crescimento desses indicadores encontra reflexo nos dados de consumo alimentar, que também foram obtidos pelos pesquisadores no Sisvan.

Os dados indicam a presença massiva de ultraprocessados no padrão alimentar de crianças e adolescentes. Para esse público, esses alimentos estiveram presentes em altos percentuais, variando de 77% a 89%. Em todos os anos e grupos analisados, o consumo de ultraprocessados foi superior ao de

verduras e legumes, que variou de 64% a 73%.

Para Murilo Bomfim, pesquisador-colaborador do Nupens, a conjuntura é preocupante especialmente pela exposição tão precoce a ultraprocessados, que pode aumentar as chances de construção de hábitos alimentares nocivos à saúde ao longo da vida. Ele explica que, quando substituímos o alimento in natura nutritivo pelo ultraprocessado, a criança vai deixar de comer aquilo que é importante para o seu desenvolvimento pleno. "Com essa deficiência nutricional, a criança tem mais chance de desenvolver quadros de hipertensão, distúrbios gastrointestinais, câncer, colesterol, síndrome metabólica, e pode ter também uma abertura para compulsão alimentar, já que esses alimentos foram feitos para o consumo excessivo", detalha.

Bomfim afirma que não há melhora nessa diminuição de subnutrição para o aumento de sobrepeso e obesidade. Em sua análise, é "complicado compararmos desgraças", pois temos efeitos de grandezas distintos e as duas formas de má nutrição são perversas, diz. "Na parte da insegurança alimentar nutricional, as pessoas ficam sem a quantidade de nutrição adequada e passam fome. Já na outra ponta, com o sobrepeso, não vemos característica de subnutrição visível, mas, pelo alto consumo de ultraprocessados, que são alimentos pouco nutritivos e muito calóricos, você tem aspectos de subnutrição também."

Ele considera "uma boa notícia" o país ter saído do mapa da fome, só que, na visão dele, estamos também deteriorando a qualidade de alimentação com a inclusão de alimentos ultraprocessados na dieta.

Sobre a subnutrição, Bomfim explica que há estreita relação com a pobreza, e a saída do Brasil do mapa da fome, em 2013 e 2025, pela FAO, agência da ONU para agricultura e alimentação, é fruto de ações política amplas, como Plano Brasil Sem Fome, lançado em 2023, que articula 24 ministérios e três eixos: acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; segurança alimentar e nutricional; e mobilização para o combate à fome.

Porém, para o especialista, não é exclusiva da pobreza, porque "temos no país um ambiente alimentar que estimula escolhas não saudáveis", diz.

Segundo ele, em alguns casos, a pessoa opta pelo alimento ultraprocessado por ser mais barato e acessível. Já em outros casos, explica, muitas outras vezes se escolhem o alimento ultraprocessado por estar vinculado a um "status". "Então, a pessoa tem recursos econômicos, mas consome ultraprocessados porque viu na propaganda da TV."

A médica Fabíola Suano, presidente do departamento de nutrologia da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), alerta que, "quando falamos que as pessoas estão passando fome ou têm uma insegurança alimentar, pode ser que elas estejam comendo bolacha e macarrão instantâneo porque o preço é melhor", diz. Com isso, "estamos falando de insegurança alimentar da mesma maneira, mas com um padrão de alimentação completamente diferente e, provavelmente, o indivíduo que desnute por consumir esse ultraprocessados vai ter mais doença cardiovascular e diabetes, por exemplo."

Fabricação de ultraprocessados gera intermediários tóxicos"

- Fabíola Suano

A médica afirma que o principal malefício dos alimentos ultraprocessados não está "em ter mais ou menos gordura, açúcar ou sódio", mas é o processamento em si. "Esses alimentos são feitos de uma maneira que gera intermediários tóxicos que não tínhamos conhecimento sobre a ação deles antes de entrarem de forma tão importante na nossa alimentação", diz.

A fim de reverter esse cenário, Ana Andreotti, analista de projetos no Infnis, afirma que é preciso avançar "em uma maior regulação acerca da publicidade de ultraprocessados voltadas para as crianças e fortalecer as políticas públicas que garantam a elas o acesso a alimentos saudáveis".

Ela afirma que coibir a exposição de crianças e adolescentes a ultraprocessados é um desafio complexo, "principalmente pelo lobby das entidades que lucram com a venda desses alimentos". Andreotti lembra que no ano passado as discussões sobre a **reforma tributária** realizadas são prova disso: "os ultraprocessados não entraram na cesta básica, mas escaparam do imposto seletivo, a exceção das bebidas adoçadas, que serão taxadas".

O alto consumo de ultraprocessados são uma realidade global, bem como a regularização da publicidade desses alimentos. Prova disso, é que, no início de setembro desse ano, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) constatou que, pela primeira vez, a obesidade superou a desnutrição entre

crianças e adolescentes em idade escolar no mundo. O relatório "Alimentando o Lucro: Como os Ambientes Alimentares estão Falhando com as Crianças" aponta que um em cada dez crianças no mundo vive com obesidade, um total de 188 milhões.

Andreotti afirma que para conter esse avanço é preciso ter legislações regulatórias fortes, como a que está em vigor nos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, desde 2023. A lei proíbe a venda e a distribuição de alimentos ultraprocessados em ambiente escolar.

A analista frisa que a escola tem uma função importante na educação nutricional e recorda o Programa Nacional de Alimentação Infantil (Pnae), "que oferece diariamente refeições saudáveis para 40 milhões de estudantes matriculados na educação básica pública".

Outra instituição importante na conscientização dessa boa alimentação é a família, destaca a analista. "Os pais e responsáveis têm o papel de criar os hábitos alimentares desse indivíduo. Então, desde a primeira infância, se deve valorizar os momentos das refeições compartilhadas e o consumo de alimentos preparados em casa. Esses costumes, quando criados na primeira infância, são levados para a vida inteira", afirma.

Bomfim diz que o Brasil tem uma vantagem por ter uma cultura alimentar muito forte, "o maior exemplo disso é quando falamos que estamos com vontade de comer comida em referência a um prato de arroz, feijão, salada e proteína animal". Então, segundo ele, conseguimos separar bem o que é um "alimento de verdade" e o que é um "alimento tranqueira". "Isso ainda nos protege do consumo de processado em comparação a outros países. Nos Estados Unidos e no Reino Unido o ultraprocessado ocupa mais de 50% das faixas da dieta, no Brasil está entre 18% e 20%", conta.

Bomfim diz que é preciso resgatar a interação das crianças com a cozinha. "O hábito de fazer refeições à mesa, acompanhado da família é um momento de troca e de construção de laços, pode ser tirado com os ultraprocessados, que vêm já prontos ou semiprontos e minam toda essa experiência, pois individualiza o ato de comer e as crianças ficam no seu jantar à luz de telas", relata. "A criança consome um alimento que não precisa de prato nem de talher, e que pode ser consumido no sofá, enquanto se assiste TV ou interage com o celular", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251020>

Cobrança de bagagem volta a opor aéreas e Congresso

Cristian Favaro

As regras de franquia de bagagem nas passagens aéreas no Brasil voltaram a colocar o setor aéreo com o Congresso em rota de colisão. Desta vez, a polêmica está ligada à cobrança de bagagem de mão nos voos internacionais.

O debate começou após Gol e Latam passarem a comercializar tarifas especiais com direito apenas de transportar mochilas e bolsas que podem ser alocadas embaixo do banco da frente. O tema bagagem é sensível à indústria no Brasil, sobretudo após um amplo desgaste no passado recente para se pôr fim à gratuidade das malas despachadas no porão dos aviões.

A relação do setor aéreo com governos e consumidores aqui é complexa. Peter Cerdá, presidente da Associação Latino-americana de Transporte Aéreo (Alta), disse que hoje há um total de 54 projetos de lei em andamento nos países da América Latina e que de certa forma estão ligados a políticas de proteção ao consumidor.

"Colômbia, Peru e Brasil são países fortes nesse tema. A política de proteção do consumidor, caso feita de forma correta, ajuda todo o mercado. Mas o ponto que temos aqui na região é que governos continuam a entrar no nosso negócio com regulações que não abraçam os padrões internacionais", disse Cerdá, durante evento em Lima neste domingo, ao ser questionado sobre os debates no Brasil.

Segundo Cerdá, toda a indústria está em contato com integrantes do governo e Congresso para debater o tema de franquia de bagagem de mão.

A polêmica ganhou corpo após a Gol anunciar, no dia 14, uma nova opção de tarifa para voos internacionais sem o direito de bagagem de mão. No Brasil, a rota que passou a adotar essa política é a que parte do aeroporto do Galeão, no Rio, para Montevidéu, no Uruguai.

A Latam, entretanto, já oferecia desde outubro do ano passado um modelo parecido de tarifa sem a bagagem de mão. Esse tipo de passagem é bastante comum internacionalmente, sobretudo para empresas de segmentos de baixo custo na Europa em rotas de

menor duração.

Mas o tema provocou uma movimentação da Câmara dos Deputados. No dia 16, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), classificou a cobrança da bagagem de mão como um "absurdo" e prometeu pautar urgência de um projeto de lei do deputado Da Vitória (PP-ES) que garante a obrigatoriedade da inclusão da bagagem de mão em bilhetes nacionais e internacionais.

Nos bastidores, o setor acabou pego de surpresa com a repercussão negativa. Mas foi exatamente o passado recente de conflito da indústria com o Congresso acerca do fim da gratuidade de bagagem despachada que colaborou para acirrar os ânimos. A gratuidade para despachar malas foi derrubada oficialmente em 2021, mas por diversas vezes deputados tentaram reverter a decisão.

Em nota, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abea) afirmou que a modalidade de bilhete com apenas um item pessoal incluído já é oferecida por empresas estrangeiras voando para o Brasil e é uma opção de passagem mais econômica.

"A tarifa básica não representa prejuízo ou retirada de direitos dos passageiros e está alinhada à política de liberdade tarifária da Anac", declarou a Abea, destacando que a modalidade já está consolidada no mercado aéreo global.

A busca da indústria aérea de se reaproximar de governos na região levou entidades a promover uma ampla reestruturação do seu corpo de representantes na América Latina.

Parte da dança das cadeiras nos últimos meses veio com a entrada de Cerdá como presidente da Alta no lugar de José Ricardo Botelho. Cerdá já era vice-presidente para as Américas da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês). O passo, segundo fontes, veio como forma alinhar mais o posicionamento das duas entidades.

Paralelamente, fontes apontaram que a própria IATA tem uma participação pequena nos debates no mercado brasileiro se comparado com outras regiões. Com a missão de virar esse cenário, em setembro, Simone Warmbrand Tcherniakovsky assumiu como

nova diretora-geral da entidade no Brasil. Tcherniakovsky tem mais de 20 anos de experiência em assuntos corporativos, sobretudo no segmento farmacêutico.

Já Juliano Noman, ex-diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e também ex-secretário de Aviação Civil do Ministério de Portos e Aeroportos, assumiu neste ano a presidência da Abear no lugar de Jurema Monteiro.

Além do desafio regulatório, a indústria aérea tem demonstrado uma ampla preocupação com o atual desenho da **reforma tributária**. O bilhete doméstico hoje é tributado em 9%, alíquota que deve subir com o previsto na reforma- ainda não se sabe o percentual, mas ronda os 27%. Já as passagens internacionais atualmente não são tributadas, cenário que deverá mudar. Pela regra aprovada, que ainda pode levar alguns anos para entrarem vigor, a saída do Brasil será tributada pela alíquota cheia.

Segundo cálculos da lata, considerando-se uma tributação de 26,5%, a tarifa média do Brasil deverá saltar de US\$ 130 para US\$ 160. Enquanto isso, o bilhete internacional médio deverá subir de US\$ 740 para US\$ 935.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188369>

Bets ilegais são as mais jogadas

No segundo trimestre deste ano, o mercado ilegal de jogos de azar online no Brasil se tornou maior do que o legal. Para cada R\$ 1 colocado em plataformas que operam com autorização do governo, R\$ 1,04 foi para sites à margem da lei.

Os dados estão no estudo "Brasil - mercado de jogos de azar online", produzido pela empresa norte-americana Yield Sec, especializada em análise de dados e serviços de consultoria para marketplaces online.

Por "azar online", entenda-se apostas, cassinos e todos os jogos feitos na internet que não são considerados de habilidade.

Regulamentado pelo governo federal no final do ano passado e liberado a partir de 1º de janeiro deste ano, o setor legal recebeu 55% dos usuários no primeiro trimestre de 2025, contra 45% que acessaram plataformas ilegais.

Entre abril e junho, tudo mudou e os sites do mercado negro tiveram 55% dos acessos no país.

"Uma mudança de 10% de um trimestre para outro é algo que nunca vimos igual. O crime cresceu de um jeito como nunca presenciamos", afirma Ismail Vali, um dos fundadores e CEO da Yield Sec.

Na movimentação financeira, a estimativa da plataforma é que os sites ilegais recebam volume maior hoje em dia. Considerados os primeiros seis meses do ano, foram R\$ 18,1 bilhões no mercado não legalizado (51%) e R\$ 17,4 bilhões no legalizado (49%). Entre os regulamentados pelo governo, é o mesmo número apresentado pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

"O crime encontrou um caminho para o mercado de jogos online no Brasil devido à falta de vontade política e à ausência de uma legislação eficaz, resultado de anos de inércia. Ele se estabeleceu no país e continuará explorando as dinâmicas de mercado", diz o relatório.

Pelo levantamento da empresa norte-americana, usando ferramentas de monitoramento de atividades na internet, 37% da população brasileira interagiu com jogos online de azar no primeiro semestre.

São 81,7 milhões de pessoas.

Deste total, 23% (50,9 milhões) usaram sites fora da legislação.

A Yield Sec acredita que a arrecadação de **impostos** com jogos legais chegou a R\$ 4,46 bilhões no mesmo período. Mas o perdido no mercado paralelo foi de R\$ 4,61 bilhões. O número de operadores ilegais supera os legais de longe: 2.316 deles são acessados no país, contra 167 autorizados pelo governo a funcionar.

A preocupação se torna maior porque o mercado de apostas pode explodir com a proximidade da Copa do Mundo, marcada para começar em junho de 2026.

Se nada mudar, segundo a companhia, a tendência é que o setor ilegal ocupe 72% do mercado no terceiro semestre do próximo ano.

Para a empresa, o setor ilegal prospera porque o tema foi dominado no Brasil por questões políticas e pela preocupação em apenas fiscalizar as plataformas ilegais, sem se preocupar com o crime.

"A especulação constante e o debate político sobre temas como idade mínima, limites de depósito, critérios de acessibilidade financeira, proibição de determinados públicos [como beneficiários de programas sociais], restrições à publicidade, aumento de **impostos**, limitações de produtos e outros fatores geraram medo e incerteza dentro do setor de jogos online", diz o estudo.

Isso teria aberto brecha para o setor ilegal, em que o jogador barrado nas plataformas oficiais pode fazer suas apostas nas irregulares, sem nenhuma segurança.

Os vícios em jogos online, o uso de dinheiro de programas sociais pagos pelo governo federal e a influência dessas plataformas nos orçamentos familiares fez com que a até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestasse preocupação.

Foi criada uma CPI das Bets no Congresso Nacional, que acabou esvaziada.

Para fechar as contas entre 2025 e 2026 e aumentar a arrecadação, o governo federal planeja cobrança de **tributos** retroativos das casas de jogos, o que pode render cerca de R\$ 5 bilhões (Da Folhapress).

Site:

<http://edicaodigital.jornaldebrasilia.com.br/pub/jornaldeb>

rasília/

Comida deve voltar a pressionar a inflação no último trimestre

MÁRCIA DE CHIARA

Os preços dos alimentos no varejo devem voltar a pressionar a inflação no último trimestre deste ano, pondo fim a um período de quatro meses consecutivos de comida mais barata.

A virada no gasto com a alimentação no domicílio, no entanto, não deve provocar descontrole na inflação de 2025, que vem perdendo fôlego. Segundo o último boletim Focus do Banco Central, o mercado projeta que o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerre o ano com alta de 4,72%, 0,22 ponto percentual acima do teto da meta, de 4,50%.

Apesar do quadro favorável da inflação em geral, é esperado um certo desconforto no carrinho de compras de alimentos do brasileiro, especialmente nos preços das proteínas, como carne bovina e aves, do café, e de itens in natura, como legumes e frutas, entre outubro e dezembro, segundo economistas ouvidos pelo Estadão. Normalmente, nesse período do ano há mais dinheiro circulando por causa do pagamento do 13.º salário. Isso abre espaço para que o consumidor aceite reajustes.

As pressões nos preços dos alimentos já apareceram nas cotações dos produtos agropecuários no atacado nos dois últimos meses, revertendo a trajetória de queda. Estudo feito pela consultoria 4Intelligence mostra que, entre maio e julho, o Índice de Preço no Atacado (IPA) dos produtos agropecuários, apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou quedas expressivas.

As boas safras agrícolas, a gripe aviária - que aumentou a oferta interna de aves antes destinadas à exportação e pressionou também os preços de outras proteínas, como a carne bovina -, o câmbio e o tarifaço dos Estados Unidos, que inicialmente ampliou a oferta de alimentos no mercado doméstico, foram fatores decisivos para a queda dos preços da comida. De junho a setembro, o grupo alimentação no domicílio no IPCA registrou deflação, como reflexo do recuo dos preços no atacado que houve nos meses anteriores.

Havia uma evolução de preços bastante benigna, que colocou a alimentação doméstica nos últimos meses com taxas até abaixo da sazonalidade, observa o

economista sênior da 4intelligence, Fabio Romão. Essa tendência, no entanto, deve sair de cena no último trimestre: "Não é uma coisa horrorosa, mas tinha um bônus, um alívio, que vai deixar de ter."

Em agosto, o IPA-DI dos produtos agropecuários subiu 1,53% e em setembro, 1,89%. Como existe um intervalo para a transferência das cotações do atacado para o varejo, a perspectiva é de que os preços da alimentação no domicílio voltem a subir em outubro. No IP-CA de setembro, alimentação no domicílio caiu 0,41%, após redução de 0,83% de agosto. Foi a quarta queda seguida.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Década da incerteza" na economia global põe o ouro em novo patamar

EDUARDO LAGUNA

Com o preço da onça-troy superando pela primeira vez a marca de US\$ 4 mil, o ouro alcançou um valor histórico e não há sinais de que vai retroceder tão cedo. Ainda que não seja possível dizer por mais quanto tempo o ouro continuará renovando máximas, especialistas ouvidos pelo Estadão/Broad-cast entendem que o novo patamar é sustentável, uma vez que não se espera, ao menos no curto prazo, uma grande dissipação das incertezas globais que levam investidores a buscar refúgio na commodity.

A demanda pelo ouro vem ganhando força há pelo menos três anos, puxada pelas compras de bancos centrais, sobretudo o da China, que diversificaram suas reservas - leia-se, reduziram a dependência do dólar - diante dos crescentes riscos fiscais, inflacionários e geopolíticos.

Enquanto os conflitos militares aumentavam no mundo, com a guerra na Ucrânia e a ofensiva militar israelense na Faixa de Gaza, os juros subiam em economias que saíram da pandemia mais endividadas e com a **inflação** persistente. Só na China, a participação do ouro nas reservas internacionais saltou de aproximadamente 3% para quase 7% desde meados de 2022.

Com o governo Trump, o mercado passou a ver o fim dos maiores conflitos militares no horizonte. Porém, Trump voltou com uma política comercial ainda mais agressiva, impondo tarifas não apenas à China, mas também a parceiros comerciais históricos.

Em paralelo, ataques à independência do Fed, o banco central dos EUA, a deterioração do quadro fiscal e o impasse orçamentário que mantém o governo dos Estados Unidos paralisado há mais de 15 dias contribuíram para fragilizar o dólar como reserva de valor.

Na Investo, gestora que investe em fundos com cotas negociadas em Bolsa (ETFs), o analista Danilo Moreno diz que déficits fiscais elevados, políticas monetárias mais acomodatórias e maior incerteza geopolítica fazem com que investidores busquem proteção em ativos escassos e de valor reconhecido.

SEGUNDO LUGAR. Nos últimos meses, observa

Moreno, o ouro superou o euro como segundo maior componente das reservas globais a preços de mercado.

Desde o início do ano, o valor do ouro já subiu mais de 50% no mundo. Embora o melhor momento de entrada já tenha ficado para trás, Ray Dalio, fundador da Bridgewater e um dos entusiastas do rali dourado, recomendou na semana passada que investidores aloquem 15% de suas carteiras em ouro. O gestor comparou o ambiente atual com o do começo da década de 1970, quando a combinação de **inflação**, pesados gastos governamentais e dívida pública elevada levou a uma menor confiança em moedas e ativos "de papel".

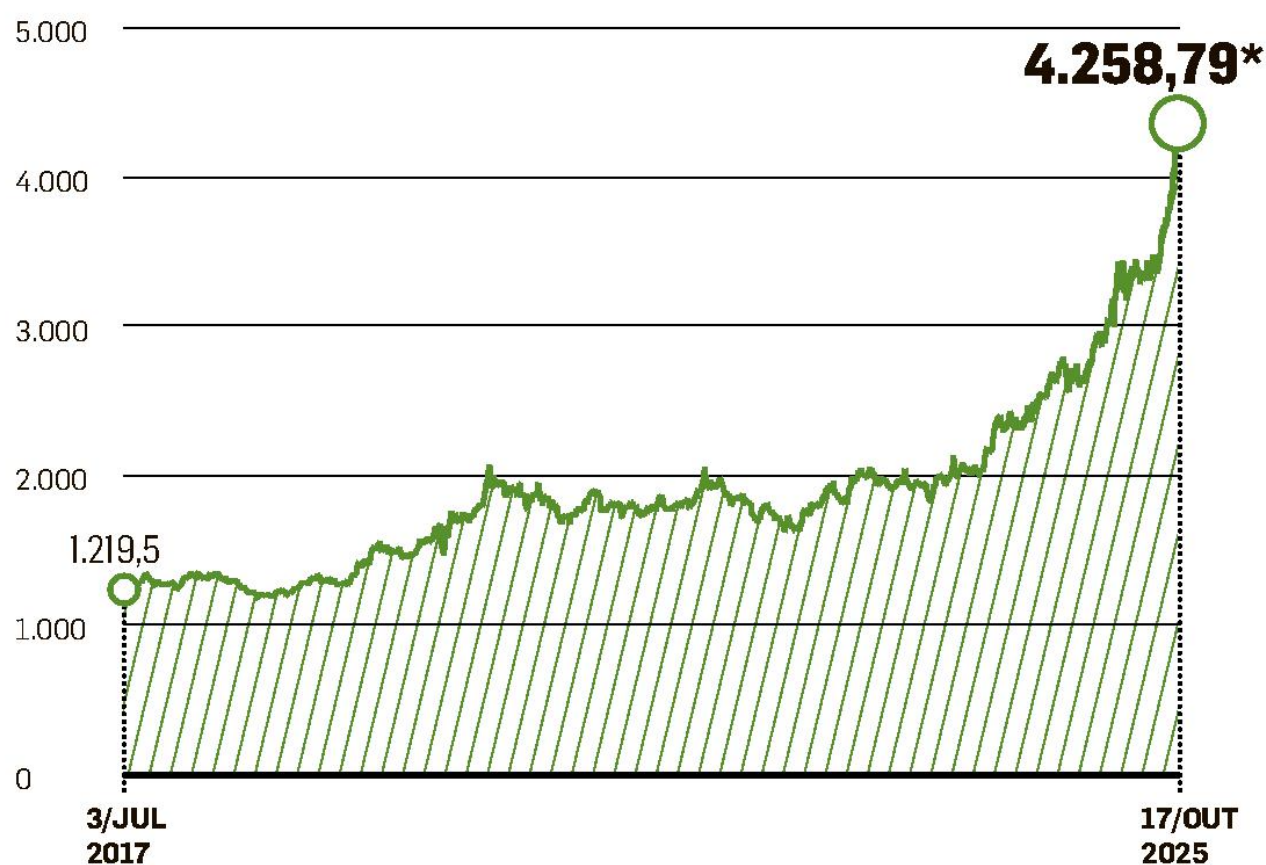
Para André Valério, economista sênior do Inter, seria necessária uma normalização muito grande das economias globais, como a volta de um quadro de **inflação** consistentemente dentro da meta, para os investidores deixarem de buscar a proteção do ouro. Mas este não é o cenário mais provável. ;

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A FEBRE DO OURO

Cotação do ouro, em dólar dos EUA

Por onça-troy (1 onça-troy = 31,103 gramas)



*OBSERVADO ÀS 17H33

FONTE: BROADCAST / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Área técnica do TCU rebate recurso da AGU sobre meta fiscal

THAÍS BARCELLOS E BERNARDO LIMA

A área técnica do Tribunal de Contas da União (TCU) rebateu o recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União (AGU) que conseguiu suspender decisão do tribunal que obriga o Executivo a mirar o centro da meta fiscal na execução do Orçamento. Na última quarta-feira, o relator do caso no TCU, ministro Benjamin Zymler, suspendeu temporariamente a obrigatoriedade ao acolher recurso da AGU, que argumenta que a medida pode acarretar "grave risco à execução de políticas públicas".

Segundo o Ministério da Fazenda, se for mantida a decisão que obriga o governo a alcançar o centro da meta fiscal haverá a necessidade de um bloqueio extra de R\$ 31 bilhões.

Em parecer apresentado na sexta-feira, o auditor-chefe adjunto do TCU, Rafael Gomes Lima, recomendou que sejam mantidos integralmente os efeitos da decisão original da Corte de contas.

Segundo a área técnica do TCU, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano obriga que o governo precisa considerar o centro da meta fiscal como parâmetro para medidas de congelamento de recursos: "Note-se, portanto, que a LDO 2025 é expressa ao vincular o contingenciamento (...) à meta de R\$ 0,00 (centro da meta), e não às bandas de tolerância (...). Dessa forma, não há espaço hermenêutico para considerar o limite inferior como parâmetro de limitação de empenho, sob pena de afastamento da literalidade e da vontade legislativa", diz o documento.

O governo argumenta que, em 2023, as regras fiscais estabeleceram a criação de bandas ou intervalos de tolerância para a verificação do cumprimento da meta fiscal. Segundo a AGU, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o "contingenciamento de despesas há de ter como baliza, obrigatoriamente, o limite inferior do intervalo de tolerância."

HADDAD DESTACA REFORMAS

No fim de semana, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que "o Brasil está restaurando a credibilidade fiscal com responsabilidade e transparência". Ele disse que o governo faz reformas

que melhoram o ambiente de negócios e citou a nova lei do mercado de seguros, que entra em vigor em dezembro.

- Seguimos aprofundando as reformas microeconômicas que tornam o ambiente de negócios mais dinâmico e previsível. Essa combinação, responsabilidade fiscal com modernização microeconômica, é a base de uma estratégia que já começa a dar resultados. **Inflação** sob controle, retomada dos investimentos, expansão do crédito - disse Haddad ao discursar no encerramento do Congresso Internacional de Direito do Seguro, no Theatro Municipal, no sábado à noite.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmbio "seguro" déficit nominal, mas reservas pressionam endividamento

Anais Fernandes De São Paulo

As flutuações do câmbio e consequentes ações do Banco Central têm afetado indicadores fiscais do Brasil em sentidos opostos. Se, de um lado, os swaps cambiais estão contribuindo para reduzir o déficit nominal neste ano, de outro, o comportamento das reservas, no mínimo, não tem ajudado muito o endividamento crescente.

O BC teve ganho de R\$ 19,9 bilhões com sua posição de swaps cambiais só em agosto de 2025 e, no ano até o mês, acumula um "lucro" de R\$ 121 bilhões, observa Fernando Montero, economista-chefe da Tullet Prebon. "Sabemos que o objetivo dos swaps não é lucrar", diz. "Dito isso, este ano os swaps amortecem muito a escalada na despesa líquida de juros, que pautam o déficit nominal", afirma.

Os juros nominais do setor público consolidado somaram quase R\$ 947 bilhões nos 12 meses até agosto, nota Montero. Contabilizando os swap de setembro e assumindo um comportamento neutro no remanescente do ano, a despesa dos juros encerraria 2025 em R\$ 1,034 trilhão, estima o economista. Corrigido pela inflação (IPCA), diz, não seria uma despesa muito distante da de 2024.

A tendência mudaria, no entanto, sem os swaps na conta: seria R\$ 1 trilhão em juros nominais nos 12 meses até agosto e R\$ 1,13 trilhão até o fim de 2025, segundo Montero. "Os swaps escondem a escalada na despesa dos juros deste ano."

Sem os lucros acumulados com o swap, Jeferson Bittencourt, chefe de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional, estima que os juros nominais que rodam na casa de 7,5% do **PIB** em 12 meses poderiam estar maiores em cerca de 1 ponto percentual. "Muitas vezes, o mercado faz projeções para juros nominais e acaba errando por causa da imprevisibilidade do câmbio", diz.

O real voltou a perder um pouco de valor ante o dólar em outubro, o que pode "encarecer" o swap no mês, mas não a ponto de mudar a leitura para o ano, diz Montero.

O swap cambial é um derivativo que promove simultaneamente a troca de taxas ou rentabilidade de

ativos financeiros entre agentes econômicos. Por meio dele, o BC procura evitar movimentos disfuncionais no câmbio.

"É como se ele tivesse uma dívida em dólar e a contrapartida é receber a variação do CDI. No fim do mês, se a variação do CDI foi maior que a do câmbio, o BC teve um ganho. E esse ganho é registrado na conta de juros nominal do governo central por uma convenção contábil", diz Antonio Madeira, economista da 4intelligence. "O resultado nominal é a combinação do resultado primário com a conta de juros. O Brasil tem uma dívida enorme e uma despesa com juros elevada. Mas o ganho nas operações de swap cambial reduz a despesa de juros do governo central e, portanto, reduz o déficit nominal."

Em sentido contrário, a recomposição de reservas internacionais tende a pressionar a dívida bruta, apontam economistas.

Diretamente, a variação das reservas bate na dívida líquida (ativos menos passivos) do setor público, diz Bittencourt. "Se eu tenho reserva de US\$ 300 bilhões e o dólar vale R\$ 6, eu tenho R\$ 1,8 trilhão em ativos. Se o dólar vale R\$ 5, eu tenho R\$ 1,5 trilhão. Ou seja, com o real mais valorizado, precisando de menos reais para um dólar, meu ativo vale menos e aumenta a dívida líquida", explica.

É o que tem acontecido neste ano, por exemplo, "mas ninguém está olhando muito mais para a dívida líquida", diz Bittencourt. O foco tem sido a dívida bruta, que considera apenas os passivos e, neste caso, não é a aquisição de dólares que a afeta, mas as operações compromissadas atreladas. "Para ser mais preciso, não é nem o volume de compromissadas, mas a quantidade de títulos que estão lastreando essas operações", afirma Bittencourt.

Quando o BC compra dólares, ele injeta reais na economia, ou seja, aumenta sua oferta. "O BC fazia muito isso no primeiro governo Dilma, comprava muito dólar no mercado e as reservas cresciam. Dada a demanda que existe por reais, a taxa de juros ficaria abaixo da Selic definida. Para evitar isso, o BC faz uma operação compromissada com os títulos da carteira: ele toma dinheiro do mercado e oferece título. Com isso, ele enxuga a liquidez que ele acabou criando ao comprar dólares", explica Madeira. "As

operações compromissadas, por sua vez, entram no cálculo da dívida bruta. No fim, o BC vai ter mais reservas, mais operações compromissadas e uma dívida bruta maior."

Montero lembra que a contração das reservas internacionais no governo de Jair Bolsonaro acabou ajudando a aliviar a dívida bruta, enquanto, no atual governo Lula, essas reservas têm subido. Elas até chegaram a cair no fim de 2024, quando o BC realizou leilões de venda de dólares para fazer frente ao forte estresse cambial, e isso foi importante para trazer a dívida bruta de um patamar caminhando para 80% do PIB para mais perto de 75%. "Por causa disso, a gente ainda está em um nível um pouco abaixo do de novembro de 2024", observa Fábio Serrano, economista do BTG Pactual.

Imprevisibilidade do câmbio muitas vezes leva mercado a errar projeções para os juros nominais"

- Jeferson Bittencourt

Mas Montero também pondera que o aumento recente nas reservas tem mais a ver com movimentos em taxas de câmbio e preços de seus ativos do que com intervenções do BC, o que torna a pressão sobre a dívida bruta menor.

"As reservas do BC podem crescer se ele compra dólares no mercado. Mas também podem crescer se ele compra títulos do Tesouro americano e os preços desses títulos sobem. Aí, as reservas em dólares do Brasil crescem porque os ativos em que ele aplicou subiram. Não tem efeito monetário", explica Madeira.

Segundo ele, operações de swap também podem acabar envolvendo compromissadas e, assim, gerarem impacto na dívida bruta, além do efeito sobre os juros nominais. "No fim do ano passado, o câmbio passou de R\$ 6, e o BC teve um baita prejuízo. Ele pagou os detentores de swap e isso expande a liquidez da economia. Se essa expansão for muito forte, ele também vai ter de fazer operações compromissadas para reduzir a liquidez, o que aumenta a dívida bruta", diz.

Com o dólar desacelerando de mais de R\$ 6 na virada do ano para um patamar ao redor de R\$ 5,30 ou R\$ 5,40 agora, no entanto, o BC "ganhou um caminhão de dinheiro", diz Madeira. "Ele está retirando dinheiro da economia. Ao fazer isso, para evitar que a Selic exploda, ele também resgata operação compromissada, e a dívida bruta diminui", afirma.

Bittencourt chama a atenção para a Lei nº 13.820, de 2019. Segundo ele, por causa dela, o lucro que o BC está tendo com operações cambiais "não vai virar

nenhum ganho para o Tesouro em um horizonte razoável", afirma.

"Até essa lei, o lucro que o BC tinha como gestor das políticas monetária e cambial ia todo para o Tesouro automaticamente, para o colchão da dívida. Isso não tinha impacto primário, e a ideia é que as políticas monetária e cambial não tenham mesmo, porque elas não representam esforço fiscal", afirma Bittencourt. Apesar de esse mecanismo não ser "um negócio absurdo" e estar presente em outros países, diz, havia um incômodo com o "efeito indesejado" que essa relação gerava para a gestão da dívida pública. "Aquilo ia dando um certo conforto para o Tesouro para não emitir tudo que era necessário, porque ele tinha a fonte de recursos do BC. O entendimento era que isso estava deixando a dívida mais confortável por uma questão que não era da política fiscal", afirma.

Com a lei, essa relação entre BC e Tesouro foi encerrada, e eventuais lucros de operações cambiais passaram a ficar em uma reserva no próprio BC, que é usada para cobrir pagamentos quando há prejuízo com essas operações, explica Bittencourt. Esses recursos só são repassados ao Tesouro em situação de forte insuficiência de liquidez, como em 2020, na pandemia.

"Em suma, o swap vai gerando esses resultados, eles são computados nas estatísticas do setor público, parcialmente nas estatísticas do governo geral, mas não viram nenhum ganho para o Ministério da Fazenda", afirma.

Montero observa ainda outro fator conjuntural que poderá explicar uma "aparente estabilidade" na conta agregada de juros líquidos até dezembro de 2025, apesar de a Selic, por exemplo, estar rodando em níveis mais altos do que no fim de 2024. "Acompanhamos essa despesa pelo fluxo acumulado em 12 meses. Ocorre que o último trimestre de 2024 acumulou uma perda dos swaps de R\$ 70,5 bilhões com a disparada do câmbio, que não deverá repetir-se este ano. Os próximos fluxos em 12 meses vão escalar a despesa vinculada à Selic e [à taxa] pré[fixada], conforme o quarto trimestre carregue mais de ambas em comparação a igual período do ano anterior. Mas, em compensação, vão "descarregar" esses R\$ 70 bilhões dos swaps do quarto trimestre de 2024 sem equivalente, em tese, no quarto trimestre de 2025", diz.

Serrano reforça que o BC monta suas posições cambiais a partir de estratégias diversas. "Não dá para falar que ele está usando esses mecanismos para suavizar o fiscal. É uma consequência, mas não o objetivo."

Em 12 meses até agosto, o setor público consolidado registra déficit primário de R\$ 23,1 bilhões (equivalente a 0,2% do **PIB**) e déficit nominal de R\$ 969,6 bilhões (7,8% do **PIB**). As reservas internacionais somaram US\$ 350,8 bilhões, incremento de US\$ 5,7 bilhões em relação ao mês anterior.

"Existem essas situações, por questões técnicas, mas o "motor" estrutural por trás é a dívida crescendo. Isso pode estar sendo amortecido temporariamente no curto prazo por questões como a forma que o câmbio é contabilizado, mas o evento estrutural é o do déficit primário", diz Serrano.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251020>

Brasil caí no ranking de saldo comercial com commodities em queda

Marta Watanabe e Álvaro Fagundes De São Paulo

Em meio à desaceleração do comércio e à valorização do real ante ao dólar, o Brasil caiu do quinto para o nono lugar no ranking global dos superávits comerciais de janeiro a junho de 2025 ante iguais meses de 2024.

De janeiro a junho do ano passado, o superávit comercial brasileiro ficou atrás de China, Alemanha, Holanda e Irlanda, que ocuparam, nessa ordem, as quatro primeiras posições. Na primeira metade deste ano esses quatro países mantiveram seus postos, mas passaram à frente do Brasil Taiwan, Suíça, Noruega e Cingapura, nessa ordem.

Para especialistas ouvidos pelo Valor, o encolhimento do superávit brasileiro decorreu principalmente da queda das cotações médias de produtos importantes para a exportação brasileira e também da resiliência das importações, cujo volume de crescimento surpreendeu durante o primeiro semestre.

Para este ano, a estimativa é de que o saldo brasileiro fique em US\$ 62,5 bilhões, segundo mediana das estimativas coletadas pelo Valor Data em outubro de consultorias e instituições financeiras. A mediana do boletim Focus da última semana é de superávit de US\$ 62 bilhões. A projeção atual do governo federal é de US\$ 60,9 bilhões. Para economistas, trata-se de um saldo robusto, mas eles destacam que a estrutura atual da balança comercial brasileira torna o saldo mais vulnerável a fatores externos.

O ranking dos dez maiores superávits globais no primeiro semestre de 2025 mostra que o Brasil e a Alemanha foram os únicos países com queda no resultado comercial. A queda do saldo brasileiro, de 28%, foi maior que a da Alemanha, com 21,4%. Se o grupo for estendido para os 20 maiores superávits, o Brasil ainda continua com a maior queda, seguido dos australianos, com 22,8%, e dos alemães. Na liderança, a China alcançou em 2025 superávit de US\$ 574 bilhões, 32,7% maior que o de 2024. O resultado combinou alta de 7% nas exportações e queda de 6% nas importações, sempre de janeiro a junho.

Os dados foram retirados pelo Valor do Trademap. De janeiro a junho de 2024, o superávit da Arábia Saudita estava à frente do Brasil, mas o país ficou fora da comparação por falta de dados disponíveis da balança

do primeiro semestre de 2025.

José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), nota que o superávit comercial de janeiro a junho de 2024 alcançou US\$ 41,6 bilhões, mas a geração de saldos comerciais sofreu redução no decorrer do segundo semestre. A balança brasileira fechou o ano passado com superávit de US\$ 74,2 bilhões. De julho a dezembro de 2024, portanto, o saldo comercial foi de US\$ 32,6 bilhões.

Na primeira metade de 2025 o superávit brasileiro foi de US\$ 29,8 bilhões. As exportações do período cresceram 1% ante iguais meses de 2024, mas os desembarques subiram em ritmo mais forte, com alta de 15%.

Do lado das exportações, diz Castro, o que contribuiu para o desempenho fraco foram as quedas nas cotações de commodities importantes para o Brasil. De janeiro a junho deste ano, a exportação de soja alcançou US\$ 25,4 bilhões, com queda de 8,9% no valor. O petróleo somou US\$ 21,8 bilhões e caiu 10,1%. O minério de ferro, US\$ 12,7 bilhões, com queda de 17,4%. Os preços foram determinantes para o desempenho, com reduções de 10%, 6,7% e 20,4%, respectivamente, sempre contra iguais meses de 2024. Os três itens representam 30% de todos os embarques brasileiros e devem terminar 2025 com redução de preços médios ante o ano passado, avalia Castro.

O que contribuiu para o saldo não deteriorar ainda mais, aponta Castro, foram o café não torrado e a carne bovina fresca ou congelada. Beneficiado por alta de 78,7% no preço, o café trouxe de janeiro a junho deste ano receita de exportação 47,4% maior que a de igual período de 2024. Na carne bovina a alta de preço foi de 13%, com receita 27,7% maior. A alta de cotações, ressalta Castro, se mantém e com isso o café e as carnes bovinas têm contribuído para compensar as perdas de embarques aos Estados Unidos em razão do tarifaço, na exportação agregada.

O menor saldo reflete uma economia resiliente"

- Ariane Benedito

Como a balança brasileira é muito concentrada em

commodities, diz Ariane Benedito, economista-chefe do PicPay, os embarques são afetados por cotações mais baixas, reduzindo a receita de exportação, com impacto no saldo comercial, ainda que o volume embarcado seja considerável. Na balança da China, compara, esse impacto não é tão grande, porque a exportação é mais concentrada em produtos de maior agregado tecnológico. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex/Mdic), o volume da exportação brasileira de janeiro a setembro cresceu 3,6% sobre base já alta, atingindo nível recorde desde 2006, início da série histórica.

André Valério, economista do Banco Inter, diz que o movimento de 2025 é de volta aos patamares de saldos comerciais anteriores a 2023. Naquele ano, lembra, o superávit comercial atingiu recorde de US\$ 99 bilhões, com a retomada pós-pandemia de covid-19. O aumento de volume de produção do petróleo no período, aliado à alta da cotação da commodity, observa, ajudou a exportação e o saldo comercial. "Terminamos 2020 com o barril do petróleo na casa dos US\$ 20 e em meados de 2022 estava a quase US\$ 80." De dezembro de 2023 até hoje, porém, o preço mudou de comportamento e avançou somente 1,7%, aponta.

Valério destaca que o saldo comercial menor neste ano também se deve ao aumento de importações. "Elas cresceram muito, até contra a intuição que se tinha devido ao ambiente restritivo de juros, que, em tese, deveria desincentivar as importações." De setembro de 2023 a setembro de 2025, compara, as importações aumentaram US\$ 31 bilhões, enquanto as exportações, apenas R\$ 6 bilhões. O avanço maior das importações, frisa, não deve ser visto como algo negativo, diz. Ele ressalta que do total de importações a mais no período, cerca de US\$ 27 bilhões foram em bens intermediários e bens de capital, o que mostra que as compras externas destinaram-se a investimentos produtivos.

"Minha leitura em relação à queda do superávit comercial brasileiro é que é menos um sinal de fragilidade externa e mais um retrato de uma economia que voltou a importar e está sendo estimulada por câmbio mais apreciado. Temos custos menores em algumas recomposições de demanda doméstica por causa do **PIB** ainda crescente e isso nos coloca em posição de necessidade de mais insumos para manter a produção", diz Benedito, do PicPay. "O menor saldo reflete uma economia resiliente, porque o país está importando para suprir uma cadeia de produção, dado o nível de demanda interno."

Em 2025 deve haver, diz Benedito, uma redução do saldo comercial em relação aos anos anteriores. Para

ela, 2023 e 2024 foram "anos excepcionais", ainda sob efeitos dos choques da pandemia e em meio a uma mudança estrutural no consumo global. Em 2025, avalia, o superávit comercial ainda será robusto e contribuirá positivamente para o balanço de pagamentos.

Para ela, porém, é preciso atenção à composição da balança brasileira. "Se continuarmos só apostando no que o Brasil é forte, que são as commodities, vamos sempre cair no ranking. A balança comercial é reflexo do investimento direto e da conta corrente do balanço de pagamentos. Não se consegue produzir, importar e sanar a exportação se não tivermos investimento direto, porque o país é altamente dependente disso." Para a economista, um cenário em que o Fed, o banco central americano, continua cortando os juros pode beneficiar o Brasil em vários aspectos econômicos, já que a Selic ainda deve se manter em patamar relativamente elevado em 2026.

Benedito projeta superávit comercial de US\$ 65 bilhões em 2025. Apesar do contexto de preços e da queda de exportações aos Estados Unidos, em razão do tarifaço, ela avalia que os embarques à China e à Argentina devem contribuir para esse saldo. A economista projeta alta de 2,2% no **PIB** do Brasil em 2025. Para a Selic ao fim de 2026 a estimativa é de 12,5%, sujeita a revisão baixista.

Mais conservador, Livio Ribeiro, sócio da BRCG e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), estima Selic em 13,25% ao fim de 2026. Isso deve conter investimentos, com efeito nas importações. Os anos de eleições, diz, tipicamente não são de grandes ciclos de investimentos. Ele lembra que houve neste ano, até setembro, importação de duas plataformas de petróleo, algo considerado pontual. A expectativa, diz, é que em 2026 seja apenas uma.

"O ponto em 2026, no fim do dia, será como a economia irá reagir a estímulos que se espera que ocorram do lado da demanda, da renda disponível, de como irá se comportar a importação de bens de consumo", diz. No cenário de Ribeiro, superávit comercial em 2025 deve chegar a US\$ 61 bilhões. Para o ano que vem o nível de exportação não deve mudar muito, mas os desembarques devem ter "incremento marginal", o que deve reduzir o saldo para US\$ 55 bilhões.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251020>

Reformas ampliaram PIB potencial, aponta consultoria

Lu Aiko Otta De Brasília

As reformas empreendidas no Brasil desde 2016 alargaram o espaço para a economia brasileira crescer sem pressionar a inflação. Enquanto o mercado calcula que essa taxa esteja hoje em 2%, estudo elaborado pela consultoria Pezco e antecipado ao Valor indica 2,7%.

"É mais otimista que o mercado, não só em relação ao futuro, mas em relação até ao passado recente", comentou o Frederico Turolla, sócio da consultoria. "Conseguimos com isso, talvez, explicar um pouco melhor a capacidade que a economia teve de crescer mais com uma pressão inflacionária relativamente limitada."

Parte da explicação para o convívio do crescimento com preços comportados recai sobre o possível aumento do Produto Interno Bruto potencial - dado que reflete quanto a economia é capaz de produzir sem entrar em desequilíbrio. "Imaginamos que esse deslocamento do PIB potencial viesse das reformas que se iniciaram com mais intensidade a partir de 2016", diz Matheus Lazzari Nicola, sócio da Pezco e autor do estudo.

O trabalho da Pezco mapeou 130 mudanças na legislação, de emendas à Constituição a resoluções regulatórias, passando por acordos internacionais, e se apoiou em 17 estudos existentes na literatura sobre o impacto dessas mudanças na economia. A partir daí, foi feita uma análise combinada dos resultados (meta-análise).

Não é possível "cravar" que o crescimento econômico ocorrido desde 2016 é explicado pelas reformas porque, desde então, ocorreram dois choques: a recessão de 2015-2016 e a pandemia, explicou. Por isso, estatisticamente, atribuir esse resultado às reformas não é conclusivo. "Por outro lado, os resultados revelam, conforme o esperado, que reformas que impulsionam positivamente os componentes da oferta agregada geram respostas duradouras a longo prazo", afirma o trabalho.

Um exemplo de reforma diretamente relacionada à melhoria do ambiente de negócios foram mudanças em contratos de Parcerias Público-Privadas (PPPs).

"Há cláusulas [nos contratos de concessão e PPPs] que exigem redução de custo e aumento da qualidade de serviço prestado para ter os reajustes das tarifas", explica Nicola. "Como isso força quem ganhou essas concessões a entregar esses requisitos, imaginamos que esse "player" force seus fornecedores a também melhorar a qualidade de seus serviços." Assim, na visão do especialista, o instrumento de concessões e PPPs gera um efeito em cadeia que aumenta a produtividade e a qualidade do investimento.

Trabalho mapeou e analisou 130 mudanças legais, incluindo normas e regulações

Um fator importante para o desenvolvimento de concessões e PPPs foi a substituição da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) pela Taxa de Longo Prazo (TLP), destacou Helcio Takeda, sócio da Pezco. A mudança, disse, viabilizou instrumentos de mercado de capital para financiar o estoque de investimento contratado. "Então, isso melhora a eficiência alocativa dos recursos, tanto do setor privado, quanto do público", avaliou. "E acho que cria um ambiente que contribui positivamente para essa expansão do produto potencial."

Projetando o efeito das reformas para o futuro, o estudo aponta para um crescimento adicional de 40,02% no PIB nos dez anos à frente. "Para crescer 40%, a gente levou 15 anos", comparou Nicola. "Então, com o impacto desses choques positivos advindos das reformas, teríamos o mesmo nível de PIB cinco anos antes do esperado."

A projeção supõe que as reformas já implementadas serão mantidas e seguirão a produzir efeitos. No entanto, o levantamento constata que já houve reversão em algumas delas. "Das 130 normas que levantamos e classificamos como reformas, 40% já tiveram algum tipo de alteração", contou Nicola. "Se a reforma é desfeita, volta a haver atrito naquilo que foi simplificado, e talvez percamos o potencial de crescimento."

"A leitura de política é direta e coerente com o restante do relatório: a manutenção da âncora fiscal e o aprofundamento das reformas - em especial as que reduzem custos de investimento, ampliam concorrência e melhoram a logística e o ambiente regulatório - são os vetores que deslocam o cenário

para cima, permitindo que a economia sustente taxas mais próximas do limite superior do potencial sem reabrir pressões de preços", diz o estudo. "Em contrapartida, uma piora fiscal ou choques externos adversos poderiam deslocar a mediana para baixo e ampliar a dispersão, com impacto tanto no nível de atividade quanto na trajetória de inflação."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251020>